

“Nalgumas escolas [o Inglês] pode ser obrigatório, noutras não existir”

Cristina Bastos
dirigente da APPI

o Inglês passar a ser de frequência obrigatória no próximo ano, esses horários terão de ser contabilizados como necessidades das escolas desde o primeiro momento, à semelhança do que acontece com horários referentes aos restantes ciclos de ensino.”

Uma mudança “brutal”

Filinto Lima assegura que neste momento nenhum professor de Inglês está satisfeito com a perspectiva de vir a dar aulas no 1.º ciclo. Dirigente da Associação Nacional de Professores, Paula Carqueja confirma: “Do ponto de vista meramente laboral é importante que haja mais vagas, claro, mas no aspecto pedagógico a mudança é brutal: os professores que há muitos anos fizeram a profissionalização no 2.º e no 3.º ciclos e no secundário não estão, efectivamente, preparados para dar aulas às crianças mais novas.” Directora do agrupamento de escolas de Montemor-o-Velho, Isabel Verão desdramatiza e considera que todas as dificuldades se ultrapassam. No seu agrupamento, por exemplo, os professores das AEC já se reúnem com os do 5.º ano e do 6.º, para articular procedimentos, métodos e os conteúdos lectivos.

Mas nem todos se sentirão tão à vontade. Inês Delgado, que há 26 anos ensina Inglês a alunos do 5.º e do 6.º anos, admite que “foi um choque” ver-se à frente de crianças do 1.º, depois de concorrer para Coimbra por motivos de saúde próprios e de familiares. “Faço o melhor que posso, mas não tive tempo para me preparar para isto, nem disponho de material adequado”, reconhece. Acabou de escrever no quadro várias palavras em inglês. Depois de ler todos os sumários que estão no livro de ponto diz, espantada: “Mau, ainda estão a aprender o ‘i’...” Pelo sim e pelo não, tinha levado um pequeno recorte com a imagem de uma maçã, uma ilustração com uma paisagem e uma folha A4 com uma paleta e os nomes das cores escritas em inglês. Afixa os papéis na parede, mas durante a aula aponta para as palavras escritas a giz no quadro verde, quando tenta ensinar as crianças a cantar, “para memorizarem as cores”: “*The sky is blue, the sun is yellow, the grass is green*”... Alguns dos alunos, de cinco e seis anos, procuram reproduzir os sons quando a professora pede que a imitem. Outros só movem os lábios, a fingir que cantam. **com**

Clara Viana

“Não existe uma aposta no Inglês”

Entrevista Graça Barbosa Ribeiro

A dirigente da Associação Portuguesa de Professores de Inglês (APPI), Cristina Bastos, observou centenas de aulas dadas no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) desde que o programa foi lançado, em 2005. Diz ter verificado que desde 2008 a qualidade da oferta se tem vindo a degradar e defende que a disciplina deve ser de frequência obrigatória a partir do 3.º ano já em 2014/2015.

O Ministério da Educação e Ciência (MEC) rejeitou as críticas ao fim da oferta obrigatória do Inglês nas AEC, afirmando quer deu autonomia às escolas para integrarem a disciplina na oferta complementar.

Não é assim tão linear. O Apoio ao Estudo passou obrigatoriamente para a oferta complementar. Já o Inglês só é oferecido se as direcções dos agrupamentos de escolas o desejarem e se tiverem recursos humanos que o permitam. São demasiados ‘ses’. Nalgumas escolas a frequência pode tornar-se obrigatória, noutras pode não existir. Para além disso, os recursos humanos a que se refere o ministro - professores dos restantes ciclos sem componente lectiva ou a precisarem de preencher horário - não são, necessariamente, pessoas com a formação pedagógica adequada para ensinar Inglês a crianças desta faixa etária e, em muitos casos, não desejam, sequer, essa tarefa.

No entanto, a própria direcção da APPI admite que o modelo anterior, do Inglês nas AEC, estava longe de ser perfeito.

É verdade, a situação foi evoluindo. Apesar de defendermos a integração no currículo dos 3.º e 4.º anos, reconhecemos que a implementação do Inglês em 2005 como oferta obrigatória foi uma aposta forte. Parecia haver razões para algum optimismo - os pais aderiram com entusiasmo, o perfil científico e pedagógico dos professores estava definido, os docentes que davam AEC tinham

possibilidade de se candidatarem a formação presencial e online para leccionar àqueles grupos específicos de alunos, a avaliação e a melhoria eram constantes...

Depois houve uma série de constrangimentos que fizeram com que a qualidade da oferta se degradasse.

Quais?

Vários. Há, naturalmente, excepções e exemplos de boas práticas, mas em muitos casos as condições de trabalho oferecidas aos professores das AEC não são as melhores. Falo de horários repartidos por várias escolas, ausência de horas para participação em reuniões com os professores titulares, mas também das situações geralmente precárias em termos de remuneração e de contagem do tempo de serviço. Por essas razões a rotação de docentes sempre foi muito grande e o investimento em formação estava sempre a perder-se. A situação agravou-se com o alargamento da oferta ao 1.º e 2.º anos, em 2007/2008.

“Ao arrepio do que se faz na Europa, a aposta nas línguas estrangeiras em Portugal tem sidocada vez menor”

Por que é que esse alargamento foi tão negativo?

A quantidade de professores era insuficiente e aumentou o número daqueles que davam aulas nas AEC sem a formação adequada. Para além disso, o Inglês não escapou à crise e aos cortes - o desinvestimento foi-se acentuando. Escassejou a formação contínua e o acompanhamento no terreno passou a ser mais reduzido. A comissão de acompanhamento deixou de funcionar com regularidade. Agora, foi extinta.

Foram apanhados de surpresa com o fim do Inglês como oferta obrigatória nas AEC?

Sim, a APPI não foi ouvida nem informada. E a medida foi recebida

com profunda preocupação. Ao arrepio do que se faz na Europa, a aposta nas línguas estrangeiras - e não apenas no Inglês - em Portugal tem sido cada vez menor.

Não é o que o ministro da Educação afirma. Recordou que foi este Governo que introduziu o Inglês obrigatório ao longo de cinco anos e que vai lançar o teste-diagnóstico elaborado pela Universidade de Cambridge no 9.ºano. Também revelou que a oferta do Inglês nas AEC se mantém em 97% das escolas do 1.º ciclo. Estas medidas não revelam uma aposta forte no Inglês?

Não, de todo - essa aposta não existe, a estratégia não é consistente. Quanto às AEC, nada garante que a oferta continuará a existir no próximo ano. A obrigatoriedade do 5.º ao 9.º foi o formalizar de uma situação que já acontecia. O número excessivo de alunos por turma e a escassez do tempo destinado semanalmente à disciplina tornam impossível o sucesso no teste-diagnóstico feito pela Universidade de Cambridge. Se o teste é importante - e concordamos em absoluto que sim -, a prioridade não pode ser implementá-lo, mas criar condições para que os alunos o possam fazer.

A introdução do Inglês no currículo do 1.º ciclo ajudaria a inverter essa situação?

Sim - seria importantíssimo, desde que feito de forma coerente. O MEC, com a colaboração da APPI, está a preparar uma acção de formação dirigida aos professores dos agrupamentos que estão a dar aulas no 1.º ciclo. Se essa formação for gratuita e abrangente, o Inglês poderá integrar o currículo do 3.º ano já em 2014/2015.

O ministro tinha razão, então, quando disse que a polémica gerada em torno do fim da oferta obrigatória do Inglês foi uma tempestade num copo de água...

De maneira nenhuma. Foi essa tempestade, a reacção fortíssima e justificadíssima de muitas pessoas, que alertou a opinião pública para o que estava a suceder ao Inglês e “obrigou” o ministro a agir. Não tenho dúvidas disso.